

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar
Período de Análise: novembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da Biodiesel BR
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Agricultores familiares terão perdão das dívidas – Sítio Eletrônico da Contag – 02/11/2010	3
O pasto magro do BNDES – Viviane Taguchi – Revista Isto É dinheiro – novembro de 2010	4
Funrural: cobrança indevida cria nova fonte de custeio – Luiz Eduardo Vidal – Isto É Dinheiro rural – novembro de 2010	6
A salvação da lavoura? – Juliana Ribeiro - Isto é Dinheiro rural – novembro de 2010	7
Um olhar suíço na UBF – Eduardo Savanachi – Isto É Dinheiro Rural – novembro de 2010	10
MDA levará Programa Mais Alimentos para a África – Sítio eletrônico do MDA – 05/11/2010	11
PGPAF: 23 culturas da agricultura familiar tem bônus em novembro – Sítio Eletrônico do MMA – 10/11/2010	13
Agricultores familiares podem aderir ao seguro do Pronaf – Sítio Eletrônico do INCRA 0 12/11/2010	14
Crédito do BB cresce com menos força – Gabriel Baldocchi – Folha de São Paulo – Mercado – 17/11/2010	15
Fundo apoia agricultura familiar no Mercosul – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 18/11/2010	16
Crédito agrícola tem contratação de R\$ 35 bilhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 23/11/2010	18
Crédito agrícola tem contratação de R\$ 35 bilhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 23/11/2010	18
Pronaf: agricultores do Semiárido terão linha emergencial de crédito – Sítio Eletrônico do MDA - 25/11/2010	19
MDA/SAF participa de encontro sobre o Agroamigo no Ceará – Sítio Eletrônico do MDA - 26/11/2010	20

Agricultores familiares terão perdão das dívidas – Sítio Eletrônico da Contag – 02/11/2010

Agricultores familiares da região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo que contrataram crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), renegociados ou não, até 15 de janeiro de 2001, e cujos saldos devedores somam até R\$ 10 mil terão suas dívidas perdoadas pelo governo. O decreto 7.339 saiu no Diário Oficial da União (DOU) dia 21 de outubro e incluiu também os agricultores com operações de crédito rural do Pronaf grupo 'B' de todo o Brasil, com valor de até R\$ 1 mil e contratadas até 31 de dezembro de 2004.

“A nova legislação vê dar uma sustentabilidade aos agricultores, já que muitos deles tiveram um endividamento grande em função dos fatores climáticos e do fator preço”, avalia o secretário de Política Agrícola da Contag, Antoninho Rovaris.

De acordo com o diretor de Financiamento e Proteção da Produção Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), ligada ao ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), João Guadagnin, a medida deve beneficiar cerca de 280 mil agricultores. Ele afirma ainda que anistia das dívidas será feita de forma automática pelas instituições financeiras responsáveis pelas operações, mas orienta o movimento em casos de dúvidas.

“Quem deve até R\$ 10 mil reais terá sua dívida perdoada. Para saber se você se enquadra nessa situação, procure a orientação de assistência técnica, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e o trabalho da Contag é muito importante para orientá-los para saber se eles são beneficiados por essa medida ou não”, disse.

Descontos - Os agricultores (as) familiares cujos saldos devedores estiverem na faixa de R\$ 10 mil a R\$ 80 mil, receberão descontos de 45 a 85 % da dívida, renegociada ou não, que tiver sido contraída até 15 de janeiro de 2001. Quem tiver contratado o Pronaf grupo 'B' no valor de até R\$ 1,5 mil, entre 2 de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2006, terá direito a um desconto de 65%. O diretor da SAF salienta que para liquidar as dívidas com esses descontos é necessário procurar o agente financeiro com antecedência de, no mínimo, 30 dias da data em que forem efetuar o pagamento. A negociação também deve respeitar o prazo de até 30 de novembro de 2011. O gestor da secretaria de agricultura familiar do MDA explica que nesses casos a consulta bancária é obrigatória.

“Todos os que têm dívidas acima de 10 mil reais nós aconselhamos que procurem, obrigatoriamente, o banco, a assistência técnica para conhecer essa situação. Os agricultores familiares são muito bons pagadores, têm relação boa com o banco, entendem que crédito rural é para atividade produtiva e só deixam de pagar em última situação quando não conseguem a renda esperada que foi frustrada pelo preço ou pelo clima, ou até mesmo, doença na família”, completou Guadagnin.

O decreto também cria um Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar, monitorar e propor medidas. A coordenação do grupo ficará a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Fonte: Danielle Santos, Agência Contag de notícias

O pasto magro do BNDES – Viviane Taguchi – Revista Isto É dinheiro – novembro de 2010

A recuperação judicial do Frialto expõe a fragilidade dos médios e pequenos frigoríficos diante do BNDES, que de anjo da guarda passou a vilão do setor

Um clima depressivo e nebuloso ronda os corredores do Frialto desde o final de maio. Com quatro plantas em Mato Grosso, receita anual de R\$ 1,2 bilhão e, claro, dívidas, o frigorífico anunciou o pedido de recuperação judicial para não quebrar de vez. Assim como o Frigoestrela, o Margen, o Arantes, o Quatro Marcos, o Independência e tantos outros, o Frialto está com a faca no pescoço e, pior, abandonado por quem sinalizou auxílio, fez graça e, na hora H, abandonou o barco: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com argumentos vagos e "desculpas esfarrapadas", conforme diz o presidente da Associação Brasileira dos Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, o banco alega que os recursos acabaram para o setor. E ponto final. **O fato até seria aceitável se não fosse um detalhe: nos últimos dois anos, o BNDES investiu R\$ 4,6 bilhões neste setor. Estes investimentos, porém, foram direcionados apenas para os grandes frigoríficos como JBS-Friboi, que enxugou R\$ 1,4 bilhão do bolão. O Bertin, que mais tarde foi incorporado pelo próprio JBS-Friboi, levou mais R\$ 2,4 bilhões.** Dessa forma, o BNDES passou a ter 22,4% de participação acionária no novo grupo, pós-fusão. Ainda com vultosos investimentos, o Marfrig, do empresário Marcos Molina, abocanhou R\$ 818 milhões. Neste emaranhado, ainda constam cerca de R\$ 31 milhões para o Independência, que anunciou sua recuperação judicial em março de 2009 e ainda está em situação frágil. O banco tornou-se sócio de todos eles. Por isso, não sobrou dinheiro para os médios e pequenos. Agora, os órfãos do BNDES procuram desesperadamente uma solução para sair desse buraco negro e não parar de vez.

A Abrafrigo é categórica quando acusa o BNDES de ser o culpado pela crise no setor. "A ausência de políticas de financiamento do BNDES para os médios e pequenos frigoríficos deixa o setor fragilizado e pessimista sobre o seu futuro e dissemina a desconfiança para os produtores e o sistema financeiro, o que gera mais dificuldades para toda a cadeia produtiva", explica Salazar. "O caso do Frialto é apenas mais um exemplo de insensibilidade da entidade diante dos médios e pequenos." Segundo ele, o banco barra estes frigoríficos sem explicações, já que as empresas rejeitadas atenderam todas as exigências e ofereceram as garantias exigidas pela entidade ao solicitar o crédito. "Eles se limitam a dizer que os recursos para o setor estão esgotados." Por meio de sua assessoria de imprensa, o BNDES não quis comentar as acusações. Em nota, a diretoria do Frialto também não quis se pronunciar sobre a rejeição que sofreu e informou que, neste momento, está empenhada em estruturar a recuperação judicial da empresa, que tem 2,4 mil funcionários. De acordo com a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), com a recuperação judicial do Frialto sobe para 18 o número de plantas paradas somente em

Mato Grosso. Somente neste Estado já havia o caso dos frigoríficos Quatro Marcos e Independência, que estão em processo de recuperação judicial porque não conseguiram financiamento do BNDES. O próprio Frialto já havia conseguido limar R\$ 360 milhões de suas dívidas, mas não conseguiu mais linhas de financiamento para sanar outros R\$ 400 milhões", diz o superintendente Luciano Vaccari. **"Todos os frigoríficos que não receberam o crédito do BNDES fecharam suas unidades ou tiveram que pedir recuperação judicial.** O governo precisa rever os critérios e olhar para as indústrias de pequeno e médio portes", completa. Das quatro plantas do Frialto na região, apenas uma, a de Matupá, que fica a 720 km de Cuiabá, voltou às atividades na segunda quinzena de junho, com capacidade reduzida de abate e a metade dos funcionários.

VIVIANE TAGUCHI



O problema, infelizmente, não é restrito ao Mato Grosso. No Estado de São Paulo também há empresas que não conseguiram realizar seus financiamentos. "Eles rejeitaram nosso pedido de auxílio alegando que não poderiam dar crédito a uma empresa que pertence à família de um parlamentar", conta Rubens de Andrade Ribeiro Filho, controller do Frigoestrela, frigorífico localizado em Estrela d'Oeste, região de São José do Rio Preto, que pertence à família do deputado federal Vadão Gomes. "O BNDES anunciou em 2008 um plano de negócios para salvar o setor da crise e acenou positivamente para nós. Então, fomos lá, confiantes, entregamos estudos detalhados sobre a empresa e as garantias necessárias para levar um não a seguir, com esta alegação de que não poderiam nos ajudar." Com o crédito em mãos, o objetivo do Frigoestrela era adquirir uma nova planta para saldar as dívidas. "Ficou impossível para a gente." Sem resposta do outro lado, Salazar está constantemente em Brasília e no Rio de Janeiro buscando uma justificativa racional para o setor. Nestas idas e vindas, passou a acreditar que o problema do setor é apenas a pontinha de um iceberg monstruoso que se esconde sob a armadura do BNDES. Nos bastidores correm boatos de pedidos de Comissões Parlamentares de Inquérito contra o banco e de que Luciano Coutinho estaria na mira da bancada ruralista. Mas, como todo boato não tem autor declarado, resta saber agora onde está a fogueira desta fumaça que forma a nuvem preta do setor.



Funrural: cobrança indevida cria nova fonte de custeio – Luiz Eduardo Vidal – Isto É Dinheiro rural – novembro de 2010

Como já há muito vem sendo noticiado, o Supremo Tribunal Federal em acórdão proferido no Recurso Extraordinário n.º 363.852-1 do Frigorífico Mataboi S/A julgou inconstitucional a contribuição incidente sobre a receita bruta advinda da comercialização da produção rural adquirida de produtor rural pessoa física, que seja empregador de mão de obra (Funrural), a alíquota de 2,3%, cujo recolhimento é subrogado ao adquirente da produção. No entanto, a exigência da contribuição previdenciária nesses moldes do produtor rural pessoa jurídica e da agroindústria, que recolhem 2,85% sobre o resultado bruto da comercialização da sua produção, também carece de constitucionalidade. Isso porque as Leis n.ºs 8.540/92 e 10.256/01 equipararam de forma indevida todas as pessoas e empresas atuantes no setor rural com o segurado especial. O segurado especial, conforme definido na Constituição Federal (§ 8º, art. 195), refere-se à pessoa física que, em regime de economia familiar e sem empregados permanentes, exerça suas atividades para subsistência própria e de sua família. Essa foi a forma que o legislador constitucional encontrou para que o pequeno produtor rural pudesse contribuir com a Previdência Social e usufruísse de seus benefícios.

O advogado Luiz Eduardo Vidal fala como reaver os recursos do Funrural

LUIZ EDUARDO VIDAL



Desta forma, sobre o resultado bruto da comercialização da produção é aplicada especificamente ao segurado especial a alíquota total de 2,3%, cujo recolhimento fica subrogado ao adquirente da mercadoria, nos termos do inciso IV, do artigo 30 da Lei 8.212/91. No entanto, obrigar os produtores rurais pessoas físicas, empregadores de mão de obra, pessoas jurídicas e a agroindústria a contribuir com a Previdência Social nos moldes do segurado especial é criar nova fonte de custeio previdenciária sem previsão constitucional, ferindo expressamente os ditames consagrados na Constituição Federal, como o princípio da isonomia, os artigos 146, III, 154, I e 195, I e parágrafos 4º e 8º. Isso porque o artigo 195, inciso I, da Constituição Federal já traz obrigação expressa de qual será a fonte de custeio da Previdência Social para empregadores de mão de obra, sendo este tanto rural quanto urbano, a qual terá como base de cálculo a folha de salários e alíquota de 20%. Especificamente para o produtor rural pessoa jurídica e para a agroindústria a cobrança do Funrural é inconstitucional por mais uma razão, qual seja: o fato desta exigência coincidir com a base de cálculo do PIS e da Cofins que já incidem sobre a receita e faturamento, nos termos do artigo 195, I, "b", da Constituição Federal de 1988, o que fere os termos do artigo 154, I, da Magna Carta. Entretanto, antes de buscar guarida no Poder Judiciário para consolidação do direito à compensação desses recolhimentos realizados nos últimos 5 anos, com a contribuição previdenciária vincenda incidente sobre a folha de salários (salário de contribuição), faz-se necessário um estudo detalhado do modus operandi da empresa, principalmente para aquelas que exportam seus produtos finais que têm origem animal e vegetal diretamente para adquirentes sediados no Exterior, ou seja, sem intermediários nacionais. Esse estudo é importante para identificar a viabilidade financeira e econômica no ingresso com a ação, coincidente com um planejamento tributário/previdenciário estruturado de acordo com a operação de cada empresa.

A salvação da lavoura? – Juliana Ribeiro - Isto é Dinheiro rural – novembro de 2010

O presidente Lula anunciou o maior plano de safra da história, mas a forma que os recursos estão distribuídos gera dúvidas entre produtores

Há dez anos, o produtor Rodolfo Vaz de Carvalho, de Bela Vista (MS) vive com um olho na lavoura e outro no calendário. Além da preocupação com os períodos de plantio e colheita, ele monitora atentamente a data em que receberá do Banco do Brasil a sua aprovação de financiamento. Isso porque 800 dos seus seis mil hectares de soja e milho safrinha são plantados com crédito do Plano Agrícola e Pecuário do Governo Federal. "O resto eu planto a partir de parcerias com empresas", conta ele,

que faz parte da classe média rural e, segundo o regulamento, pode financiar no máximo R\$ 275 mil. "Esse valor é muito aquém do que precisamos para crescer", diz ele. Anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira 7, o plano para a safra 2010/2011 é considerado o maior da história em volume: R\$ 100 bilhões para o crédito empresarial e R\$ 16 bilhões para a agricultura familiar. O primeiro montante é 8% maior do que na safra passada. Já o segundo teve um acréscimo de 23% em relação ao período anterior. "O valor cresceu quatro vezes e meia em sete anos", disse o presidente no evento de lançamento. **Do total disponibilizado para o financiamento empresarial, R\$ 75 bilhões são para custeio e comercialização da safra, enquanto R\$ 18 bilhões são para os outros nove programas, com juros entre 6,25% e 9,5% ao ano.** Para o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) serão R\$ 16 bilhões, com juros de 1% a 4% ao ano. Segundo Edílson Guimarães, secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, as taxas mais baixas facilitam o acesso dos produtores ao financiamento. "Com isso queremos contribuir para melhorar os ganhos deles". Para a "classe média rural", o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp), antigo Projer, passou a oferecer R\$ 5,65 bilhões de crédito para produtores cuja renda anual não ultrapassa os R\$ 500 mil. Outra novidade é o Programa de Agricultura de baixo Carbono (ABC), que disponibilizará R\$ 2 bilhões para financiar iniciativas na lavoura que contribuam para a redução dos gases do efeito estufa. Wagner Rossi, Ministro da Agricultura, explicou que o projeto deve auxiliar o Brasil a cumprir a meta assumida durante a COP 15, a de reduzir até 2020 entre 36,1% e 38,9% a emissão desses gases. "Essa pretende ser uma contribuição da agricultura para atingir essa meta."

O presidente Lula anunciou o maior plano de safra da história, mas a forma que os recursos estão distribuídos gera dúvidas entre produtores

JULIANA RIBEIRO



Recursos: Agricultura Familiar, de Guilherme Cassel (à dir.), recebeu R\$ 16 bilhões

Apesar da inovação, ter acesso a esse financiamento ainda é tarefa impossível, como conta Carvalho. **Ele faz a integração lavoura-pecuária e o plantio direto há alguns anos, mas não consegue acesso ao crédito porque o banco não tem a**

normatização para liberar o benefício. "Espero que até o fim de julho isso já esteja disponível." Apenas o Banco do Brasil faz a análise e liberação dos financiamentos, o que para muitos produtores só faz atrasar o acesso ao benefício. "A demora é tamanha que, quando o dinheiro sai, eu já paguei a conta a prazo e com altos juros", queixa-se Carvalho. Ele explica ainda, que na maioria das vezes, o produtor só consegue obter parte do dinheiro que precisa. "Eles impõem uma série de condições, e o crédito é reduzido drasticamente." Procurada pela reportagem de **DINHEIRO RURAL**, o BB, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não se manifestaria a respeito. De olho nesse filão do mercado, alguns bancos privados, como o Santander, já estudam o plano em uma tentativa de barganhar o direito à concessão de benefício, o que em tese facilitaria a vida do produtor rural. Mas o avanço no volume de dinheiro não salvou o novo plano das críticas. Em nota, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), criticou a falta de melhores condições de crédito para a classe média rural. Para ela, este grupo não dispõe de demanda para negociar o custo de insumos e a produtividade não gera renda suficiente para cobrir os gastos com a produção. "Por isso é necessário estabelecer um novo modelo de financiamento para o setor, o que estamos propondo há muito tempo", diz.

Programa	Recursos	Juros ao ano	O que faz
ABC	2	5,5%	Custeia iniciativas sustentáveis como plantio direto
Moderinfra	1	6,75%	Financia projetos de estrutura para armazenagem
Moderagro	0,85	6,75%	Conservação de recursos naturais
Propflora	0,15	6,75%	Plantio e recuperação de florestas
Produsa	1	5,75%	Recuperação de áreas degradadas
Prodecoop	2	6,75%	Auxílio e desenvolvimento das cooperativas
Moderfrota	1	9,5%	Modernização da frota de tratores
Pronamp	5,65	6,25%	Recursos para os médios produtores
Procap-Agro	2	6,75%	Recuperação de cooperativas pesqueiras
Custeio e Comercialização	75	6,75%	Auxílio com despesas de plantio, colheita e distribuição da safra
Agricultura Familiar	16	1 a 4%	Apoio a pequenas propriedades agropecuárias

Outros investimentos	8,35	-----	Inclui poupança rural, fundos constitucionais entre outros
----------------------	------	-------	--

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Um olhar suíço na UBF – Eduardo Savanachi – Isto É Dinheiro Rural – novembro de 2010

Seguradora brasileira recebe aporte financeiro da suíça Swiss e se prepara para ampliar participação no agronegócio do País

Nos últimos meses, o diretor- presidente da UB F Seguros, Luiz Roberto Foz, tem voltado seu olhar para as lavouras brasileiras. O setor, que já representa uma boa parte dos negócios da seguradora que foi uma das pioneiras em desenvolver apólices rurais, é considerado estratégico para os planos da empresa de crescer no Brasil. Planos que estão sendo construídos com um forte "sotaque" suíço. **Isso graças a um acordo recém-firmado entre UBF e a resseguradora suíça Swiss, que aportou US\$ 40 milhões e se tornou sócia-majoritária da companhia.** Os outros sócios são a americana Radian, o grupo brasileiro Rio Bravo e o Banco Mundial, através de seu braço financeiro IFC. Com a operação, a companhia mais do que duplicou seu capital para US\$ 60 milhões e agora pretende investir em novas modalidades de seguro para conquistar a clientela rural. "O seguro agrícola vem crescendo no País e ainda assim, apenas 10% da área brasileira é segurada. Há um potencial imenso para crescer nesse segmento e vamos investir", afirma Foz.

"Com a parceria estamos capitalizados e prontos para crescer no mercado brasileiro de seguros"
Luiz Roberto Foz,
 diretor-presidente da UBF





Atualmente, a UBF já possui participações importantes em modalidades de seguro de florestas, patrimônio rural, incêndio, e é uma das pioneiras no seguro de animais e pecuário. "A chegada da Swiss traz um impacto grande porque seremos o braço de seguros deles no Brasil, com isso iremos trazer experiências e modelos de outros lugares do mundo e estender nossas atividades para áreas que ainda não atuamos, como a agricultura familiar", revela o executivo. **A meta é aumentar a participação no mercado, que hoje está em 20% e alcançar uma carteira de dois milhões de produtores.**

A estratégia para ganhar mercado é oferecer produtos mais direcionados a problemas locais. Para tanto, dezenas de agrônomos da empresa têm visitado as principais regiões agrícolas do País. Os relatórios que chegam ao escritório da empresa devem dar origem a novas modalidades. "Assim que tivermos a liberação da

Superintendência de Seguros Privados (Susep), iremos trazer novidades para esse mercado", diz o executivo.

Para a Swiss a operação é uma oportunidade de ter uma participação mais efetiva no mercado brasileiro, conforme explica o diretor da divisão de seguros e linhas especiais da Swiss Re, Rudi Flunger. "A liberalização do mercado brasileiro de (res)seguros aumentou a concorrência e a necessidade por inovação de produtos, experiência em subscrição e gestão de riscos. A UBF Seguros foi pioneira no desenvolvimento dos mercados de garantias e seguros agrícola no Brasil", ressalta o diretor. "A transação reflete o compromisso da Swiss Re com o mercado brasileiro, que tem importância estratégica destacada e onde estamos fazendo negócios há mais de 80 anos", completou.

Para Foz, a entrada de empresas importantes no mercado de seguro agrícola no País é um reflexo do amadurecimento que o setor vem tendo nos últimos anos. "Seguro está atrelado aos planos de governo e às políticas de subvenção deram resultados", opina o diretor que chama a atenção para o que considera um retrocesso nesse tipo de política. "Desde o ano passado o governo vem cortando o valor da subvenção. Isso é problemático. Os produtores brasileiros ainda pensam em seguro como um custo e não como um investimento", diz.

OS	SUÍÇOS	VÊM	AÍ
Modalidades em que a UBF quer avançar			
	<i>Modalidade</i>	<i>Cobertura</i>	
	<i>Pecuária</i>	Vida do animal e possibilidade de auxílio nos custos	
	<i>Incêndio</i>	Cobre a perda de área plantada, decorrente unicamente de incêndio	
	<i>Patrimônio</i>	Garante a mercadoria estocada, as benfeitorias e implementos	
	<i>Florestas</i>	Danos provocados por Incêndio às florestas de valor comercial	

MDA levará Programa Mais Alimentos para a África – Sítio eletrônico do MDA – 05/11/2010

O secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci, e o coordenador do Programa Mais Alimentos, Hercílio Matos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

reuniram-se nesta quinta-feira (4), com representantes da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers), para discutir as perspectivas do Mais Alimentos para 2011. Eles anunciaram que o Programa será ampliado para países da África. Também serão levadas para esses países a tecnologia dos seus produtos, e as experiências das políticas públicas do MDA.

Adoniram destacou a importância do fortalecimento do Programa. “Queremos avançar. A intenção é aumentar as oportunidades do Programa nas regiões do Brasil onde ainda é insuficiente a sua aplicação, e ampliar para a África, incluindo seus novos segmentos e produtos.” Em outubro de 2010, por meio da Resolução 3.904, do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Mais Alimentos passou a financiar projetos coletivos ou individuais de investimento destinados à produção de soja, cana-de-açúcar e palmeiras para produção de palmito.

Hercílio Matos, coordenador do Programa, anunciou que será divulgada ainda na primeira quinzena de novembro a nova lista de preços dos equipamentos financiados pelo Mais Alimentos, conforme previsto no acordo de cooperação técnica assinado pelo MDA e os setores industriais. De acordo com o coordenador, a correção do preço assegura uma relação de qualidade entre o agricultor familiar e o mercado. “O valor do equipamento vai ficar 15% abaixo da média do mercado”. Outra ação do Programa será realizar reuniões entre a Secretaria de Agricultura Familiar e os agentes financeiros para acelerar o andamento dos processos de financiamento que já tem ordem de crédito. Até agora, 100 mil famílias foram beneficiadas pelo Mais Alimentos.

Durante a reunião foram debatidas as futuras ações de divulgação e de fomento do Mais Alimentos. Entre as atividades previstas para o início de 2011 estão a retomada das feiras e a realização de caravanas que vão abranger as regiões Sul, Sudeste e a região Centro-Oeste do País. Também estão previstas visitas à empresas, concessionárias e encontros com cooperativas de agricultores para apresentação de palestras sobre o programa, entre outras ações.

O Programa Mais Alimentos, criado 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, já aplicou em dois anos R\$ 4 bilhões em projetos para modernizar as propriedades dos agricultores familiares. Em agosto de 2010, o Mais Alimentos passou a financiar colheitadeiras para a agricultura familiar. Cinco modelos serão comercializados com descontos médios de 18% em relação aos preços de mercado. Como o valor das colheitadeiras excede o limite individual de compra do Mais Alimentos (R\$ 130 mil), elas serão comercializadas por meio da apresentação de

projetos coletivos, que reúnem mais de um produtor, respeitando o limite máximo de R\$ 500 mil. Esta modalidade foi instituída no Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011.

PGPAF: 23 culturas da agricultura familiar tem bônus em novembro – Sítio Eletrônico do MMA – 10/11/2010

Os agricultores familiares que cultivam açaí (fruto), algodão em caroço, arroz longo fino em casca, babaçu (amêndoa), borracha natural (extrativista) bioma amazônia, borracha natural (heveicultura), café arábica, café conillon, cará/inhame, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), pó cerífero de carnaúba tipo B, sisal, sorgo, tomate, trigo, triticale, contam, em novembro, com o bônus do PGPAF para financiamento dessas 23 culturas. A portaria do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) foi publicada nesta segunda-feira (08), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de outubro de 2010 e tem validade para o período de 10 de novembro a 09 de dezembro de 2010.

Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2006, o PGPAF possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um bônus que corresponde a diferença entre os preços garantidores e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia.

O produto com maior bônus este mês é a borracha natural - bioma amazônia (63,71%) no estado do Acre. Já as culturas com maior número de estados que contam com o bônus é a castanha de caju e o sorgo (7 estados). Para a castanha de caju, o maior bônus é no estado do Tocantins, com 44,00%. Para o sorgo, o maior bônus é no estado do Mato Grosso (MT), com 29,48%.

Alguns produtos da sociobiodiversidade também contam com bônus, em novembro, como o açaí (fruto) (13,04% em Rondônia), o babaçu(amêndoa) (39,73% no Maranhão), a mamona (28,00% em Pernambuco), o pequi(fruto), (42,86% em Minas Gerais) e a piaçava(fibra) (41,32% na Bahia).

O PGPAF

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 5 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Atualmente, o Programa abrange 44 culturas: abacaxi, açaí, algodão em caroço, alho, amendoim, arroz longo fino em casca, babaçu (amêndoa), banana, baru, borracha natural cultivada (heveicultura), borracha natural extrativa, café, cana-de-açúcar, cará, carne de caprino, carne de ovino, castanha de caju, castanha do Brasil (em casca), cebola, feijão, girassol, inhame, juta, leite, maçã, malva, mamona em baga, mangaba (fruto), milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), pimenta do reino, carnaúba, pó cerífero de carnaúba, cera de carnaúba, raiz de mandioca, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo, triticafe, umbu e uva.

Agricultores familiares podem aderir ao seguro do Pronaf – Sítio Eletrônico do INCRA 0 12/11/2010

Começa na próxima semana o prazo para que agricultores familiares formalizem sua adesão ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) para as operações de investimento. Encerra no dia 15 de janeiro de 2011. Essa adesão é válida para aqueles que contrataram operações de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com o SEAF sem a cobertura para investimento. Deve ser feita no banco onde o agricultor familiar contratou o crédito de custeio.

A medida foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no final do último mês (Resolução nº 3.918), a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pois no início da safra 2010/2011 muitos agricultores familiares ainda não conheciam a nova modalidade de seguro e perderam a oportunidade de contratação do SEAF Investimento.

O coordenador do SEAF, José Carlos Zukowski destaca que, ao contrário do seguro para custeio, cuja adesão é automática, a contratação do SEAF Investimento exige a manifestação do agricultor no momento da contratação ou renovação do crédito de custeio.

Segundo o coordenador, o seguro para prestações de investimentos do Pronaf é uma nova modalidade de garantia oferecida a partir do Plano Safra 2010/2011. "O agricultor familiar que venha a ter prejuízos em empreendimento coberto pelo seguro que tiver feito a opção pelo SEAF Investimento, terá uma cobertura a mais no momento do pagamento das prestações de investimento do Pronaf. Isto vale para todos os agricultores que aderirem a esta nova modalidade de cobertura de risco", avisa Zukowski.

Ele lembra que não é permitida a adesão ao SEAF Investimento após a ocorrência de perdas na lavoura segurada, mesmo que o agricultor ainda não tenha feito a Comunicação de Ocorrência de Perdas (COP) junto ao banco. "Fazemos um alerta para que todos os agricultores familiares que tenham crédito de custeio com amparo do Seaf façam a adesão ao seguro na modalidade investimento. Esta adesão deve ser

feita o mais rápido possível para que o agricultor familiar não fique exposto ao risco de um eventual sinistro", alerta o coordenador.

Como funciona o Seaf Investimento

Para os agricultores que aderirem ao Seaf Investimento, a cobertura será dada quando da ocorrência de sinistro nas lavouras amparadas pelo seguro na modalidade Custeio. Ou seja, sempre que as lavouras amparadas no Seaf Custeio sofrerem prejuízos acima de 30% provocados por eventos como estiagem, chuva excessiva, granizo, geada, ventos fortes e variação excessiva de temperatura, também estará assegurado na modalidade investimento.

Podem ser amparadas as operações de investimento do Pronaf contratadas a partir de 1º de julho de 2007 por agricultores familiares que tem operações de custeio de lavouras com SEAF Custeio.

O valor a ser pago pelo agricultor para aderir ao SEAF Investimento (prêmio de seguro) terá as mesmas condições do custeio: 2% da parcela do financiamento de investimento a ser segurada, sendo que esse custo será financiado na operação de custeio agrícola.

Caso ocorra a perda da lavoura, basta o agricultor familiar fazer a comunicação de perdas como faria normalmente para a operação de custeio agrícola. A vistoria na lavoura e demais procedimentos de cálculo da indenização são feitos pelo banco que realizou a operação de custeio. O valor da indenização, quando houver, será encaminhado pelo Banco Central diretamente para o banco que realizou a operação de investimento e creditado das prestações cobertas, seguradas.

Crédito do BB cresce com menos força – Gabriel Baldocchi – Folha de São Paulo – Mercado – 17/11/2010

O acirramento da competição no mercado de crédito impactou o crescimento da carteira do Banco do Brasil. O percentual de avanço em relação ao trimestre anterior caiu de 6,9% no segundo trimestre para 4,1% no terceiro trimestre. Apesar disso, a carteira total de crédito chegou a R\$ 339,8 bilhões e deu a maior contribuição para o avanço de 32,7% no lucro apurado no trimestre, de R\$ 2,6 bilhões.

"A competição naturalmente aumentou porque os bancos que não tiveram uma performance tão grande em 2009 estão tentando retomar o "market share" perdido no período", afirmou o vice-presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com os Investidores, Ivan Monteiro. O banco aposta em melhores custos de captação e no relacionamento com os clientes para garantir a liderança nas operações de crédito. A participação do BB é de 20% do mercado.

"O bolo vai crescer como um todo e nós vamos manter nossa fatia. O ambiente está propício", completou. Para ele, o banco soube aproveitar as oportunidades durante a crise. Desde a época, a

empresa instituiu o segmento de pessoas físicas como uma das prioridades. O movimento foi intensificado com a compra do Banco Votorantim e da Nossa Caixa. A carteira para pessoas físicas cresceu 6,2% no trimestre, para R\$ 107,4 bilhões. O valor representou 31,6% da carteira total e a segunda posição do mercado, atrás do Itaú Unibanco.

Os destaques no segmento foram a alta de 11,1% no financiamento de veículos, que chegou a R\$ 25,3 bilhões, e o crescimento de 4,2% no consignado, para R\$ 42,2 bilhões.

O Banco do Brasil também quer crescer no crédito imobiliário. A meta é terminar o ano com carteira de R\$ 3 bilhões. Apesar do crescimento de 90,2% no trimestre, o valor não representa fatia relevante da carteira total, com R\$ 2,5 bilhões.

INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência, medido pelas operações vencidas há mais de 90 dias, manteve-se estável no trimestre em 2,7%. Monteiro acredita que o bom momento da economia resultará em maior queda no indicador. O banco reduziu em 9,5% as despesas com provisões de créditos duvidosos no trimestre na comparação com o mesmo período de 2009. O recuo impacta positivamente o resultado do banco. A melhora da inadimplência e o aumento nas operações de menor risco levaram a administração a rever a projeção para as despesas com provisões de crédito duvidosos em 2010. O nível máximo previsto caiu de 4,8% para 3,9% nas despesas no total da carteira de crédito.

Fundo apoia agricultura familiar no Mercosul – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 18/11/2010

Política Brasil poderá usar estoques estratégicos para auxiliar no abastecimento de mercados agrícolas vizinhos

O governo decidiu criar um fundo de apoio à agricultura familiar dentro do Fundo de Reversão Econômica do Mercosul que permitirá operações de garantia de renda e segurança alimentar em todos os países do bloco.

Com uma nova lei, que tramita na Câmara como projeto de decreto legislativo, os países do Mercosul poderão atuar por meio de projetos e programas de forma bilateral.

O Brasil poderá, por exemplo, usar seus estoques estratégicos para auxiliar no abastecimento e na regulação dos mercados agrícolas vizinhos. “Podemos comprar ou vender milho no Paraguai. Ou atuar no mercado de leite do Uruguai adquirindo produto lá e abastecendo o país que tiver problema de escassez”, disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. “Desde que beneficie a agricultura familiar, podemos fazer operações desse tipo”.

O fundo, que amplia o poder de intervenção do governo em mercados agropecuários, será uma das estrelas da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), um

encontro semestral realizado pelo Mercosul desde 2004. “É a primeira experiência regional de uma política pública comum”, diz Cassel. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará presente hoje na abertura do evento.

O público beneficiado no Mercosul é abrangente. O bloco comercial tem cerca de 4,9 milhões de estabelecimentos rurais espalhados por 120 milhões de hectares — 83% das fazendas são tipicamente familiares. “Eles produzem 70% dos alimentos básicos da população da região”, diz o ministro.

O novo fundo será composto por recursos dos quatro países membros.

Mas o Brasil terá a maior parcela de contribuição mínima, com 70% do total — ou US\$ 225 mil dos US\$ 360 mil previstos anualmente.

A Argentina entrará com US\$ 96 mil (27%). O Uruguai bancará US\$ 21 mil (2%) e o Paraguai, US\$ 18 mil (1%). mas estão previstas integralizações complementares de membros e de terceiros países.

Com isso, estima o ministério, o fundo poderia somar R\$ 100 milhões ao longo de uma década.

A meta do novo fundo é atuar nos mercados locais para estimular a produção regional agropecuária.

No Haiti, por exemplo, o Brasil enviou recursos financeiros para a aquisição da produção da agricultura familiar pelo governo local. “Em vez de mandar doações, que derrubariam ainda mais os preços internos, mandamos doação em dinheiro ao governo do Haiti”, lembra Cassel. O crédito pela forma engenhosa de atuação, segundo ele, é do chamado “GT Fome”, coordenado pelo Itamaraty.

O encontro da Reaf também apresentará um balanço dos principais programas e projetos criados pelo governo brasileiro a dirigentes de países vizinhos e africanos.

Um dos maiores trunfos, cujo modelo tem sido avalizado pela FAO — Agência para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas, é o financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas a produtores familiares. Até novembro, o chamado programa “Mais Alimentos” ajudou na comercialização de 35 mil tratores, mais de 1 mil caminhões somente a Volkswagen soma 500 unidades além de outros 30 mil contratos à bovinocultura para aquisição de matrizes, máquinas e equipamentos. Os destaques foram as vendas de 10 mil tanques resfriadores de leite.

“Esse programa reduziu em 17,5% os preços das máquinas e dos equipamentos”, diz o ministro.

A linha financia a juros de 2% ao ano e dá prazo de 15 anos para pagar, com carência de três. Agora, esse crédito será estendido a países da África. Cada operação terá teto de R\$ 150 milhões por país. O Banco do Brasil será responsável pelos contratos com bancos locais e regionais de fomento na África.

A política de compras governamentais diretas da agricultura familiar (PAA) também

tem sido replicada em outros países. De 2004 a 2009, foram aplicados R\$ 2,4 bilhões do governo nessas aquisições, o que beneficiou 113 mil famílias.

Crédito agrícola tem contratação de R\$ 35 bilhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 23/11/2010

Brasília - Dos R\$ 100 bilhões previstos no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011 para o financiamento da agricultura empresarial nesta safra 2010/2011, foram contratados R\$ 35 bilhões para custeio, investimento e comercialização, de julho a outubro. O resultado é 14% superior ao registrado no mesmo período da safra anterior, quando foram liberados R\$ 30 bilhões, do total de R\$ 93 bilhões. A avaliação das contratações do crédito agrícola é realizada mensalmente pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretária de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Nos programas destinados ao custeio e à comercialização, a juros controlados de 6,75% ao ano, as aplicações alcançaram R\$ 27,4 bilhões. Os financiamentos concedidos ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) totalizaram R\$ 1,8 bilhão. O setor agroindustrial contratou, a juros livres, aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Nos financiamentos de investimentos no quadrimestre, destaca-se o apoio ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK), que contabilizou R\$ 2 bilhões para a aquisição de máquinas agrícolas, a juros de 5,5% ao ano. Os financiamentos destinados às cooperativas totalizaram R\$ 1 bilhão. Também os investimentos com recursos obrigatórios, contratados pelos agricultores em valores até R\$ 200 mil, apresentaram resultado expressivo de R\$ 1,6 bilhão.

“Assim como nos demais segmentos de crédito, o agrícola vem apresentando desempenho favorável, superando os valores aplicados no mesmo período da safra passada”, explica Marcelo Guimarães, coordenador-geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura. Ele acrescenta que o crédito rural atravessa um bom momento, com grande liquidez e baixa inadimplência. “Este fato reflete a conjuntura promissora para o agronegócio brasileiro”, conclui. *(Inez De Podestà)*

Crédito agrícola tem contratação de R\$ 35 bilhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 23/11/2010

Brasília - Dos R\$ 100 bilhões previstos no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011 para o financiamento da agricultura empresarial nesta safra 2010/2011, foram contratados R\$ 35 bilhões para custeio, investimento e comercialização, de

julho a outubro. O resultado é 14% superior ao registrado no mesmo período da safra anterior, quando foram liberados R\$ 30 bilhões, do total de R\$ 93 bilhões. A avaliação das contratações do crédito agrícola é realizada mensalmente pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretária de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Nos programas destinados ao custeio e à comercialização, a juros controlados de 6,75% ao ano, as aplicações alcançaram R\$ 27,4 bilhões. Os financiamentos concedidos ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) totalizaram R\$ 1,8 bilhão. O setor agroindustrial contratou, a juros livres, aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Nos financiamentos de investimentos no quadrimestre, destaca-se o apoio ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK), que contabilizou R\$ 2 bilhões para a aquisição de máquinas agrícolas, a juros de 5,5% ao ano. Os financiamentos destinados às cooperativas totalizaram R\$ 1 bilhão. Também os investimentos com recursos obrigatórios, contratados pelos agricultores em valores até R\$ 200 mil, apresentaram resultado expressivo de R\$ 1,6 bilhão.

“Assim como nos demais segmentos de crédito, o agrícola vem apresentando desempenho favorável, superando os valores aplicados no mesmo período da safra passada”, explica Marcelo Guimarães, coordenador-geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura. Ele acrescenta que o crédito rural atravessa um bom momento, com grande liquidez e baixa inadimplência. “Este fato reflete a conjuntura promissora para o agronegócio brasileiro”, conclui. (*Inez De Podestà*)

Pronaf: agricultores do Semiárido terão linha emergencial de crédito – Sítio Eletrônico do MDA - 25/11/2010

Agricultores familiares da região semiárida dos estados do Nordeste e de Minas Gerais afetados pelas secas poderão contar com uma linha emergencial de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A medida foi aprovada nesta quinta-feira (25) em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). A estimativa é de que aproximadamente 80 mil agricultores poderão se beneficiar com a medida. Para esta linha, foram disponibilizados R\$ 150 milhões.

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, afirmou que a aprovação desta linha de crédito é importante porque permite ao agricultor familiar retomar o quanto antes sua atividade produtiva. “A decisão do CMN reforça uma política mais ampla do Governo Federal que, por meio do MDA, procura associar políticas públicas permanentes como a criação do Seguro Agrícola, o Programa de Garantia de Preços e o apoio na área de comercialização com medidas emergenciais necessárias em situações de calamidade, como a que ocorreu na safra 2009/2010.”

A linha emergencial é voltada para financiamentos de custeio pecuário. Cada agricultor poderá acessar R\$ 2 mil por unidade familiar, em uma única operação. A taxa de juros é de 0,5% ao ano. Também será concedido ao agricultor familiar um bônus de adimplência de 25% sobre cada parcela da dívida paga até a data do vencimento. O prazo para pagar o financiamento é de até dois anos. Os agricultores têm até 15 de março de 2011 para a contratação da linha emergencial.

Poderão se beneficiar agricultores familiares que possuam Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) válida até 30 de setembro de 2010. Além disso, estes agricultores precisam atuar em municípios da região semiárida dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais que, em decorrência de estiagem, tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2010.

Na safra 2009/2010, o fenômeno climático El Niño provocou uma grande estiagem em municípios do Semiárido brasileiro, ocasionando grande perda de produção agrícola e pecuária, o que comprometeu a capacidade de pagamento de seus financiamentos.

MDA/SAF participa de encontro sobre o Agroamigo no Ceará – Sítio Eletrônico do MDA - 26/11/2010

O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/SAF/MDA), Argileu Silva, participou nesta sexta-feira (26) do I Encontro Anual de Coordenadores do Agroamigo, que acontece no Hotel Coliseum, em Beberibe (CE). Com o tema “Um novo tempo: gerando mais renda e transformando vidas”, a ação visa avaliar o desempenho do Programa Agroamigo, considerado a melhor experiência do País na área de microcrédito rural, bem como definir estratégias de atuação diante dos novos desafios.

O Programa, que tem como público-alvo agricultores familiares enquadrados no Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atendendo 1.950 municípios brasileiros e já disponibilizou R\$ 1,5 bilhão, tendo contratado 1,1 milhão de financiamentos, com valor médio de R\$ 1,5 mil. Há cinco anos o Agroamigo vem atendendo a mais de um milhão de clientes.

O evento reuniu desde o dia 24 de novembro 160 coordenadores. A iniciativa é do Banco do Nordeste e conta com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nordeste e Cidadania (Inec).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson
Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei,
Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa
e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

